



POLÍTICA CORPORATIVA

SPACECOM

Spacecomm Monitoramento S.A.

Restrições/Restrictions:
Uso Corporativo

Código/Code:
POL.SPC. AD.01

Data da Revisão/Revision Date:
01.10.2022

Nº Revisão/Revisionnº:
00

Título/Title:

POLÍTICA DE INTEGRIDADE

(Ref.: Documento Corporativo)

Aprovação/Approval:

Aprova esta **Política Corporativa** a **Alta Direção** da **Spacecomm Monitoramento S.A.** com apoio da área de **Qualidade**.

Área Responsável/Responsible
area:

ALTA DIREÇÃO

Reservado/Reserved:

Spacecomm Monitoramento S.A.

OBJETIVO

Estabelecer diretrizes complementares ao Código de Ética e Conduta da Spacecom relativas ao Programa de Integridade da Spacecom, à conduta no relacionamento com administradores, colaboradores e a qualquer interação que a Spacecom mantém com clientes, parceiros, fornecedores e demais públicos, e às situações relacionadas aos conflitos de interesse. Além disso, faz menção à prevenção a atos ilícitos e às regras que regem seu negócio.

TERMOS & DEFINIÇÕES

Agente público (servidor público): toda pessoa física que exerça, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função pública.

Atos ilícitos: é o ato causador de prejuízo, seja patrimonial, físico ou moral, a outrem. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Atos lesivos: atos lesivos contra a Administração Pública, assim reputados, são aqueles que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

Colaboradores: toda pessoa física, tais como, empregados, estagiários, consultores e jovens aprendizes, que prestam serviços de natureza não eventual (e sim rotineira) à Spacecom, sob a dependência desta e mediante salário.

Conflito de Interesse: configura-se conflito de interesse quando, por conta de interesse próprio, um colaborador venha a ser influenciado a agir contra os princípios de Ética e Conduta da empresa, tomando uma decisão inapropriada ou deixando de cumprir alguma de suas responsabilidades profissionais. São situações em que o julgamento e/ou atitude da pessoa esteja talvez distorcida em favor de outros interesses, em detrimento dos da organização.

Conluio: acordo realizado com o propósito de prejudicar outra pessoa. Combinação secreta entre duas ou mais pessoas para enganar e prejudicar a terceiro em proveito próprio. Conspiração, trama.

Corrupção: ato ou efeito de se corromper, oferecer algo para obter vantagem indevida em negociata onde se favorece uma pessoa e se prejudica outra. O conceito de corrupção é amplo, incluindo as práticas de suborno de propina, a fraude, a apropriação indébita ou qualquer outro desvio de recursos por parte de um agente público ou ainda abuso de poder para ganho pessoal.

Fornecedores - Toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos, incluindo qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial (art. 3º, caput, da Lei n. 8.078/1990);

Fraude: qualquer ação ilícita, desonesta, ardilosa que busca enganar ou ludibriar alguém.



POLÍTICA CORPORATIVA

SPACECOM

Spacecomm Monitoramento S.A.

Restrições/Restrictions:
Uso Corporativo

Código/Code:
POL.SPC. AD.01

Data da Revisão/Revision Date:
01.10.2022

Nº Revisão/Revisionnº:
00

Título/Title:

POLÍTICA DE INTEGRIDADE

(Ref.: Documento Corporativo)

Aprovação/Approval:

Aprova esta **Política Corporativa** a **Alta Direção** da **Spacecomm Monitoramento S.A.** com apoio da área de **Qualidade**.

Área Responsável/Responsible
area:

ALTA DIREÇÃO

Reservado/Reserved:

Spacecomm Monitoramento S.A.

Integridade (compliance): é um programa estruturado que coordena as ações que asseguram o regramento e a necessidade de conformidade das ações entre as partes interessadas, preservando os princípios éticos, as normas e os procedimentos administrativos, e as normas legais aplicáveis à organização. É um processo contínuo e envolve a identificação e observância das exigências (éticas, administrativas e legais), a análise e mitigação dos riscos de não conformidade e a adoção de medidas preventivas e corretivas necessárias.

Licitação pública: é o processo por meio do qual a Administração Pública contrata obras, serviços, compras e alienações. Em outras palavras, licitação é o conjunto de procedimentos administrativos pelo qual a Administração Pública pode contratar a compra de bens ou serviços.

Pagamentos de facilitação: pagamentos ilícitos feitos a funcionários, tanto do setor público como à empregados do setor privado, como benefício pessoal, para garantir ou acelerar a execução de atos de rotina a que a empresa tenha direito.

Prestadores de Serviços - Toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de serviços, incluindo qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista (art. 3º, §2º, da Lei n. 8.078/1990);

Parceiros Comerciais - Toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados com a qual a Spacecom desenvolva qualquer tipo de relação de parceria empresarial, incluindo consórcios, joint ventures, sociedades em conta de participação, contrato de aliança, sociedades de propósito específico (SPE), etc.

Suborno: é um ato ilícito que consiste na ação de induzir alguém a praticar determinado ato em troca de dinheiro, bens materiais ou outros benefícios particulares.

Vantagem indevida: consiste na vontade consciente de alguém solicitar qualquer tipo de bem, tangível ou intangível, inclusive dinheiro e valores, ingressos para shows ou jogos, presentes, brindes, viagens, prestação de serviços, favores, oportunidade de negócios, emprego ou mesmo uma promessa de alguma vantagem ou direito oferecidos, prometidos ou entregues a Agente Público ou Privado, com a finalidade de auferir qualquer tipo de benefício irregular.

DOCUMENTOS APLICÁVEIS

Documentos de Origem Interna

POL.SPC.QLD.01 – Política da Qualidade (<https://redmine.spacecom.com.br/documents/467>);
POL.SPC.QLD.02 – Política de Privacidade (<https://redmine.spacecom.com.br/documents/467>);
POL.SPC.TI.01 – Política de Segurança da Informação (<https://redmine.spacecom.com.br/documents/465>);
DCC.SPC.RH.10 – Código de Ética e Conduta (<https://redmine.spacecom.com.br/documents/566>);
FM.SPC.RH.08 – Termo de Sigilo (<https://redmine.spacecom.com.br/documents/458>);
POL.SPC.RH.01 – Política de Benefícios (<https://redmine.spacecom.com.br/documents/461>);
POL.SPC.RH.02 – Política de Recursos Humanos (<https://redmine.spacecom.com.br/documents/461>).
POL.SPC.COMP.02 - Política de Relacionamento com Fornecedores e Parceiros Comerciais (<https://redmine.spacecom.com.br/documents/597>);
POL.SPC.CM.01 - Política de Acesso ao Sistema de Acompanhamento de Custódia 24 Horas - SAC24 (<https://redmine.spacecom.com.br/documents/593>);
POL.SPC.COMP.01 - Política de Viagens (<https://redmine.spacecom.com.br/documents/597>);



POLÍTICA CORPORATIVA

SPACECOM

Spacecomm Monitoramento S.A.

Restrições/Restrictions:
Uso Corporativo

Código/Code:
POL.SPC. AD.01

Data da Revisão/Revision Date:
01.10.2022

Nº Revisão/Revisionnº:
00

Título/Title:

POLÍTICA DE INTEGRIDADE

(Ref.: Documento Corporativo)

Aprovação/Approval:

Aprova esta **Política Corporativa** a **Alta Direção** da **Spacecomm Monitoramento S.A.** com apoio da área de **Qualidade**.

Área Responsável/Responsible
area:

ALTA DIREÇÃO

Reservado/Reserved:

Spacecomm Monitoramento S.A.

POL.SPC.FIN.01 - Política de Reembolsos de Viagens, Despesas e KM (<https://redmine.spacecom.com.br/documents/499>);
POL.SPC.FIN.02 - Política de Registros e Controles Contábeis (<https://redmine.spacecom.com.br/documents/499>);
POL.SPC.FISC.01 - Política Fiscal (<https://redmine.spacecom.com.br/documents/592>);
POL.SPC.FIN.03 - Política de Alçadas de Aprovações (<https://redmine.spacecom.com.br/documents/499>).

Documentos de Origem Externa

Constituição Federal de 1988;
Código Civil de 2002;
Lei 8.429 de 1992 e respectivas alterações- Lei de Improbidade Administrativa;
Lei 8.666 de 1993 - Licitações e Contratos Administrativos;
Lei 12.529 de 2011 - Lei da Concorrência;
Lei 12846/2013 e Decreto 8420/2015 - Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas por atos contra a administração pública, conhecida como "Lei Anticorrupção";
Lei 14.133 de 2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
Lei 13.709/2021 - LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados)

PARTES INTERESSADAS

Partes Interessadas Internas

Sócios-administradores e colaboradores da Spacecom.

Partes Interessadas Externas

Fornecedores e Parceiros Comerciais, incluindo fabricantes, distribuidores, corretores, agentes, consultores, prestadores de serviços e demais terceiros, a qualquer título.

DISPOSIÇÕES GERAIS RELACIONADAS À POLÍTICA

1. Introdução

A Spacecom prima pela excelência e pela transparência na execução de suas atividades e tem como pilar a construção de relações éticas, confiáveis e seguras.

Dessa maneira, a Spacecom deseja que a relação mantida com suas partes interessadas represente parceria para a consolidação de uma cultura de integridade e boas práticas no ambiente empresarial.

Esta política possui o propósito de complementar as disposições do Código de Ética e Conduta da Spacecom e tem por objetivo orientar aos colaboradores quanto à conduta a ser observada e descrever as práticas adotadas pela Spacecom para assegurar o cumprimento das leis em geral, suas normas internas, os princípios de ética nos negócios e a cultura da organização, visando prevenir a ocorrência de situações, condutas e atos ilícitos que possam ser caracterizados como prática de corrupção, em especial, conforme a Lei Anticorrupção brasileira (Lei nº 12.846/2013).



POLÍTICA CORPORATIVA

SPACECOM

Spacecomm Monitoramento S.A.

Restrições/Restrictions:
Uso Corporativo

Código/Code:
POL.SPC. AD.01

Data da Revisão/Revision Date:
01.10.2022

Nº Revisão/Revisionnº:
00

Título/Title:

POLÍTICA DE INTEGRIDADE

(Ref.: Documento Corporativo)

Aprovação/Approval:

Aprova esta **Política Corporativa** a **Alta Direção** da **Spacecomm Monitoramento S.A.** com apoio da área de **Qualidade**.

Área Responsável/Responsible
area:

ALTA DIREÇÃO

Reservado/Reserved:

Spacecomm Monitoramento S.A.

2. Responsabilidades

2.1. Gestores:

- Disseminar e aplicar esta política em suas respectivas áreas de atuação;
- Organizar a sua área para garantir que sejam seguidas as regras da empresa e a legislação aplicável, promovendo um ambiente de gestão da conformidade e do controle;
- Incentivar o debate sobre o Código de Ética da Spacecom e explicar aos seus funcionários a importância de cumprir as suas orientações, além de responder a todas as preocupações levantadas pela equipe;
- Proteger membros de sua equipe contra represálias caso eles relatem, em boa-fé, ações que acreditem violar a lei ou as normas internas;
- Reforçar e incentivar, com o apoio da Spacecom, o compromisso com a conformidade **das ações** de sua equipe;
- Dirimir dúvidas e monitorar questões sobre relacionamento com agentes públicos.
- assegurar que todos os terceiros e parceiros de seu relacionamento sejam informados sobre seu conteúdo;
- Certificar-se que violações identificadas são compartilhadas via canal etica@spacecom.com.br.

2.2. Colaboradores:

- Garantir a conformidade com todas as obrigações relacionadas às atividades de sua função, o que inclui identificar, administrar a situação e comunicar qualquer violação de conformidade;
- Obedecer às leis e normas internas da Spacecom. O desconhecimento de uma obrigação não é defesa contra as possíveis consequências de desvios de conduta;
- Conhecer e aplicar o Código de Ética na íntegra;
- Ser exemplo de boa conduta e conduzir suas atividades de forma ética e de acordo com as determinações legais e regulatórias;
- Procurar, caso precise de qualquer esclarecimento ou ajuda, o seu gerente ou o canal etica@spacecom.com.br;
- Cumprir com todas as disposições desta Política e assegurar que todos os terceiros e parceiros de seu relacionamento sejam informados sobre seu conteúdo.

2.3. Sócios-administradores:

Dar o tratamento a quaisquer questões relacionadas à fraude, suborno ou corrupção associadas ao assunto em questão.

2.4. A conformidade é responsabilidade de todos na Spacecom, independentemente da posição que ocupa na empresa. Todos devem agir em conformidade com as leis, regulamentos e normas aplicáveis às suas atribuições, bem como cumprir o Código de Ética e Conduta da Spacecom



POLÍTICA CORPORATIVA

SPACECOM

Spacecomm Monitoramento S.A.

Restrições/Restrictions:
Uso Corporativo

Código/Code:
POL.SPC. AD.01

Data da Revisão/Revision Date:
01.10.2022

Nº Revisão/Revisionnº:
00

Título/Title:

POLÍTICA DE INTEGRIDADE

(Ref.: Documento Corporativo)

Aprovação/Approval:

Aprova esta **Política Corporativa** a **Alta Direção** da **Spacecomm Monitoramento S.A.** com apoio da área de **Qualidade**.

Área Responsável/Responsible
area:

ALTA DIREÇÃO

Reservado/Reserved:

Spacecomm Monitoramento S.A.

3. Diretrizes

3.1. Licitações e Contratos Públicos:

Ao participar de licitações públicas, a Spacecom deverá observar as disposições legais, especialmente a Lei Anticorrupção, a Lei de Licitações e a Lei da Concorrência.

Não será tolerado qualquer tipo de conluio, fraudes, ajuste de preços, manipulação, ou qualquer outra forma de intervenção indevida em licitações e contratos públicos.

Deverão ser evitadas conversas informais com concorrentes acerca de preços e editais de licitações ou contratos públicos.

3.2. Proibição de Suborno e Corrupção:

A Spacecom posiciona-se contra o suborno, a corrupção, ou qualquer ato ilícito contra a administração pública nacional ou estrangeira.

Nenhum colaborador ou terceiro poderá oferecer, prometer ou dar, direta ou indiretamente (por meio de um terceiro) qualquer vantagem indevida a agente público ou a qualquer pessoa relacionada (parentesco).

O ato ilícito é configurado, ainda que a vantagem indevida não tenha sido aceita pelo agente público, ou o ofertante não tenha tido a intenção de corrompê-lo.

Desta forma, todos os colaboradores, terceiros e parceiros que atuam em nome da Spacecom estão proibidos de:

- Receber, prometer, oferecer e/ou dar, diretamente ou indiretamente, por meio de terceiros, qualquer vantagem indevida (pagamentos, presentes ou a transferência de qualquer coisa de valor) para um agente público ou quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, a ele vinculados (sócios, empresas, instituições beneficentes, ONGs, e etc.);
- Financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo contribuir para a prática de atos lesivos à administração pública;
- Utilizar-se de representante para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

Destaca-se que a proibição se aplica não só àquele que realiza o pagamento, mas também a todos que participaram conscientemente do pagamento, ou que, sabendo da possibilidade de ocorrência do ato de corrupção, nada fizeram para evitá-lo. Se aplica também aos indivíduos que agiram de maneira a incentivar o pagamento, seja aprovando o pagamento ou a promessa de Vantagem Indevida, fornecendo ou aceitando faturas falsas, retransmitindo instruções para o pagamento ou a promessa de Vantagem Indevida ou encobrindo o pagamento ou a promessa de vantagem indevida.

Caso haja solicitação nesse sentido, seja pessoalmente, por e-mail, via aparelhos telefônicos fixos ou móveis ou qualquer outro meio de contato, o Colaborador deve se recusar a fazer tal pagamento, comunicar ao solicitante as proibições previstas nas políticas internas da Spacecom e informar imediatamente seu superior imediato e o comitê de ética, através do email etica@spacecom.com.br.

Nesses casos, a Spacecom lidará com a situação da melhor forma possível. Em primeiro lugar, a Spacecom poderá adotar medidas para mitigar sua exposição a riscos, como buscar o apoio de outras instituições, abordar autoridades de nível hierárquico elevado no respectivo órgão da Administração Pública ou da pessoa jurídica afetada. Caso entenda que a solicitação possui algum amparo legal, exigirá que todo pagamento seja feito diretamente ao órgão da Administração Pública ou da pessoa jurídica à qual o



POLÍTICA CORPORATIVA

SPACECOM

Spacecomm Monitoramento S.A.

Restrições/Restrictions:
Uso Corporativo

Código/Code:
POL.SPC. AD.01

Data da Revisão/Revision Date:
01.10.2022

Nº Revisão/Revisionnº:
00

Título/Title:

POLÍTICA DE INTEGRIDADE

(Ref.: Documento Corporativo)

Aprovação/Approval:

Aprova esta **Política Corporativa** a **Alta Direção** da **Spacecomm Monitoramento S.A.** com apoio da área de **Qualidade**.

Área Responsável/Responsible
area:

ALTA DIREÇÃO

Reservado/Reserved:

Spacecomm Monitoramento S.A.

solicitante esteja vinculado, sob a condição de emissão de nota fiscal ou outro documento oficial que descreva o pagamento feito em detalhes, incluindo a identificação do Agente Público e/ou do indivíduo que recebeu o pagamento, se possível.

3.3. Conflito de Interesse:

Os colaboradores que tenham parentesco com Agentes Públicos, com poder decisório no âmbito do negócio com a Spacecom, devem declarar esse eventual conflito de interesse em termo disponibilizado.

Essa declaração será recebida e analisada pela Alta Direção, que irá sugerir as medidas necessárias para evitar situações de conflito de interesses.

Importante ressaltar que, para que ocorra o conflito de interesses, não é necessário que haja dano ao patrimônio público ou, que o agente público tenha algum ganho financeiro, basta que a situação gerada pelo conflito entre interesse público e privado, possa comprometer, influenciar ou aparentar intervir, de maneira imprópria, o desempenho da função pública, ou da função exercida pelo colaborador na atividade da Spacecom.

Dessa forma é fundamental que qualquer potencial conflito de interesse com algum Agente Público, seja declarado para ser tratado devidamente e de acordo com sua peculiaridade.

3.4. Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidades

Os colaboradores, parceiros e fornecedores estão proibidos de aceitar, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, favores, dinheiro, presentes e hospitalidades a Agente Público ou a terceira pessoa a ele relacionada, a fim de obter vantagens, influenciar ou compensar suas decisões em benefício próprio ou da empresa.

Os brindes que tenham valor comercial, ainda que com a logomarca da empresa, presentes, ingressos de eventos esportivos e shows, são proibidos de serem oferecidos ou recebidos de Agentes Públicos, para evitar situações que possam interferir em decisões ou causar algum descrédito tanto ao colaborador como à Spacecom.

Se o colaborador tiver dúvida sobre a possibilidade de oferecer ou aceitar algum tipo de brinde ou presente no relacionamento com o Poder Público ele poderá contatar seu superior imediato ou a Alta Direção.

3.5. Pagamentos de Facilitação

A Spacecom proíbe e não tolera o oferecimento ou pagamento de facilitação para acelerar ou favorecer a análise e obtenções de licenças, autorizações e permissões a serem realizados por seus colaboradores, fornecedores ou agentes intermediários.

Tais pagamentos são considerados subornos pela Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013). Nenhum colaborador, terceiro ou parceiro sofrerá qualquer tipo de retaliação ou penalização devido a atraso ou perda de negócios resultantes de sua recusa em pagar ou receber propina.

É fundamental que se aja com responsabilidade ao efetuar relato da situação, que deve ser consistente e verídica, sob pena de possível caracterização dos crimes de calúnia e difamação.



POLÍTICA CORPORATIVA

SPACECOM
Spacecomm Monitoramento S.A.

Restrições/Restrictions:
Uso Corporativo

Código/Code:
POL.SPC. AD.01

Data da Revisão/Revision Date:
01.10.2022

Nº Revisão/Revisionnº:
00

Título/Title:

POLÍTICA DE INTEGRIDADE

(Ref.: Documento Corporativo)

Aprovação/Approval:

Aprova esta **Política Corporativa** a **Alta Direção** da **Spacecomm Monitoramento S.A.** com apoio da área de **Qualidade**.

Área Responsável/Responsible
area:

ALTA DIREÇÃO

Reservado/Reserved:

Spacecomm Monitoramento S.A.

3.6. Relacionamento com Agentes Públicos:

O relacionamento com Agentes Públicos poderá ocorrer de diversas formas, tais como:

- Em reuniões para apresentação de produtos e serviços;
- Em licitações;
- Em assinatura de contrato;
- Em reuniões operacionais de implantação e de acompanhamento;
- Em treinamentos;
- Em fiscalizações;
- Em suporte presencial e/ou remoto.

Todos os contatos de Colaboradores da Spacecom com Agentes Públicos deverão considerar o seguinte:

- Ser realizados por pessoas autorizadas e conhecedoras das Políticas e Código de Ética e Conduta vigentes;
- Sempre que possível, contar com a participação, de ao menos, dois representantes da Spacecom e deverão ser formal e previamente agendados;
- Todas as solicitações, notificações, autuações e demandas oriundas de Agentes Públicos deverão, quando cabível, ser respondidas ou defendidas oficial e formalmente, com o auxílio do Jurídico;
- Na troca de mensagens eletrônicas, é imprescindível que o conteúdo seja sucinto e revestido de formalidade, evitando qualquer possibilidade de interpretação dúbia.
- Após finalizar uma conversa por telefone com um Agente Público, é importante e recomendável registrar em um e-mail o conteúdo do que foi discutido e enviar aos interessados, o que inclui o Agente Público, buscando formalizar o que ficou entendido e evitar interpretações diversas;
- Os contratos deverão ser formalizados por escrito e com o escopo bem definido;
- Interações de risco elevado, como em formalização de propostas, assinatura de contratos, etc., devem necessariamente passar pelo crivo do Diretor Presidente e/ou Diretor Executivo da Spacecom.
- Que aconteçam nas dependências oficiais do órgão da Administração Pública ou nas dependências da Spacecom;
 - se, por motivo de força maior, a reunião se realize fora destas dependências, durante um almoço, por exemplo, o ideal é que cada parte arque com as suas próprias despesas. Caso a Spacecom arque com estas despesas, o valor das refeições deverá seguir os valores estipulados em Políticas vigentes.
- Para reuniões presenciais é recomendável efetuar o controle de agenda, registrando o assunto debatido, bem como o local de realização, participantes e objetivo da reunião;
- Sempre que possível, evitar tratar individualmente com o Agente Público, sem agendamento prévio e fora do horário comercial;
- No curso da reunião, o profissional deverá sempre agir de acordo com as orientações desta Política de Integridade, e assegurar que os temas discutidos estejam claros, objetivos e delimitados, evitando a discussão de informações impertinentes, ilegais ou concorrencialmente sensíveis.

3.7. Licitações e Contratos Públicos

Ao participar de licitações públicas, a Spacecom estará sujeita e cumprirá as disposições legais da Lei das Licitações (Lei nº 8.666/1993 e Lei 14.133/2021), da Lei Anticorrupção, da Lei da Concorrência; as normas da licitação e as cláusulas contratuais firmadas com o órgão público licitante,

Em caso de ocorrência de licitações e contratos públicos, inclusive concessões e parcerias públicos privadas, fica vedada qualquer conduta tendente a:

- frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo;

POLÍTICA DE INTEGRIDADE

(Ref.: Documento Corporativo)

Aprovação/Approval:

Aprova esta **Política Corporativa** a **Alta Direção** da **Spacecomm Monitoramento S.A.** com apoio da área de **Qualidade**.

- obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.
- criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

3.8. Fiscalização do Poder Público

A Administração Pública tem o poder de fiscalizar a atuação de particulares, nos casos e condições previstos na legislação. Sempre que exercida com prudência e nos limites legais, a fiscalização é um instrumento eficaz de prevenção de abusos ou ilícitos. Nesse sentido, o tratamento com poder público durante a fiscalização deve ser baseado na transparência e ética, sempre respeitando as regras desta Política.

Destaca-se que a Spacecom considera legítimo contestar medidas legais ou fiscais abusivas, discriminatórias ou incorretas, o que será feito pelas vias adequadas conforme decisão da área jurídica.

3.9. Registros

Os registros documentais, financeiros e contábeis relacionados ao relacionamento entre os colaboradores da Spacecom e a Administração Pública devem ser mantidos de forma que possam ser verificados e auditados durante os prazos legais e/ou definidos contratualmente.

Importante ressaltar que todos os registros de todas as despesas incorridas pela Spacecom e pelos colaboradores, bem como todos os pagamentos realizados, devem ser adequadamente registrados e lançados nos livros contábeis de forma precisa e clara. Assim, essa Política exige que toda transação seja submetida às devidas aprovações e seja corretamente registrada e contabilizada para proteção da Spacecom.

3.10. Contribuições Políticas

A Spacecom não realiza qualquer tipo de contribuição a candidatos ou partidos políticos. Os colaboradores da Spacecom poderão realizar as suas atividades políticas, durante seu tempo livre, em seu próprio nome e com seus próprios recursos.

3.11. Outras formas de Corrupção no Setor Público

A Spacecom não compactua com qualquer tipo de corrupção no sentido amplo do termo. A corrupção para a Spacecom não está limitada a atos nas relações com Agentes Públicos, tampouco apenas à entrega, à promessa ou à oferta de vantagem indevida. A corrupção deve ser entendida de forma ampla, abarcando diversos ilícitos que geram lesões à Administração Pública, como improbidade administrativa, fraude a licitações, propinas, conluio com concorrentes para frustrar a competição em licitações, imposição de dificuldades em atividades de investigação ou de fiscalização por Agentes Públicos ou pela Administração Pública, lavagem de dinheiro, entre outros.

3.12. Comunicação, Treinamento e Dúvidas

A Spacecom divulgará a presente política por email a todos os seus colaboradores e a manterá disponibilizada em sua intranet.



POLÍTICA CORPORATIVA

SPACECOM
Spacecomm Monitoramento S.A.

Restrições/Restrictions:
Uso Corporativo

Código/Code:
POL.SPC. AD.01

Data da Revisão/Revision Date:
01.10.2022

Nº Revisão/Revisionnº:
00

Título/Title:

POLÍTICA DE INTEGRIDADE

(Ref.: Documento Corporativo)

Aprovação/Approval:

Aprova esta **Política Corporativa** a **Alta Direção** da **Spacecomm Monitoramento S.A.** com apoio da área de **Qualidade**.

Área Responsável/Responsible
area:

ALTA DIREÇÃO

Reservado/Reserved:

Spacecomm Monitoramento S.A.

É de responsabilidade de todos os Líderes da Spacecom divulgar para seus liderados o conteúdo desta Política e conscientizá-los sobre a importância de sua observância e incentivá-los a apresentar dúvidas ou preocupações com a sua aplicação.

Quaisquer situações, exceções e/ou esclarecimentos sobre a aplicação desta Política poderão ser enviadas ao email qualidade@spacecom.com.br.

É essencial também que todos abrangidos por esta Política relatem imediatamente através do canal etica@spacecom.com.br, quaisquer atos ou suspeitas de atos de suborno, corrupção e/ou pagamento/recebimento de propina ou outras situações e condutas que violem esta Política e/ou o Código de Ética e Conduta.

Não será permitida ou tolerada qualquer forma de retaliação contra as pessoas que porventura realizem denúncias de boa-fé ou queixas de violação desta política ou lei anticorrupção.

3.13. Investigações e Sanções

Todos os incidentes informados de suspeitas de violação desta Política serão investigados imediatamente e de forma apropriada.

Se, depois da investigação, verificar-se que ocorreu uma conduta que infringe as regras dessa Política, serão tomadas medidas corretivas imediatas e exemplares, sempre de acordo com as circunstâncias, gravidade e a lei aplicável.

Qualquer colaborador, terceiro ou parceiro que viole qualquer disposição desta Política estará sujeito a sanções disciplinares, como as listadas abaixo:

- Advertência verbal/escrita;
- Suspensão;
- Demissão sem justa causa;
- Demissão por justa causa;
- Exclusão do fornecedor, parceiro ou agente da Spacecom;
- Ação judicial cabível.

CONTROLE DE REVISÕES

(Controle de revisões sob responsabilidade da área da Qualidade)

Data de Emissão	Revisão	Histórico (Descrição das principais alterações realizadas neste documento)
01/10/2022	00	Elaboração Inicial

APROVAÇÕES

(Análise Crítica na Revisão Atual)

Elaboração
(Responsável pela **Elaboração** direta na área responsável pelo Documento)

Revisão
(Responsável pela **Revisão** direta na área responsável pelo Documento)

Aprovação da Qualidade
(Responsável pela **aprovação** na área da Qualidade)

Aprovação Necessária
(Responsável pela **aprovação** na área requerida como necessária, podendo ser da **Gestão da área** ou pela **Alta Direção**)

Regina Carvalho
Consultora da Qualidade
01/10/2022

Sávio Bloomfield
Diretor Presidente
01/10/2022

Regina Carvalho
Consultora da Qualidade
01/10/2022

Alfeu Cabral Setnik
Diretor Executivo
01/10/2022